1. INTRODUÇÃO

Os documentos de prestação de contas do ano de 2009, consideradas as perspectivas contabilística, de gestão e concretização do programa e actividades previstas, fornecem informação necessária ao controlo financeiro, à verificação da legalidade e à análise das decisões tomadas, completada com a certificação legal de contas.

Da análise dos documentos, concluiu-se que o orçamento municipal do ano de 2009, cujo valor inicial ascendia a 42.893.100,00 euros e que, após revisões orçamentais ao mesmo atingiu o montante 47.528.000,00 euros. Foi executado em 90,37% em relação à dotação inicial e em 81,56% relativamente às dotações corrigidas. A boa execução e realização de receitas, só foi possível dada a eficiência na concretização selectiva do investimento, orientada para projectos elegíveis no âmbito dos apoios comunitários, projectos nos quais foram aplicadas prioritariamente as receitas próprias disponíveis para o investimento.

No município tem sido, nos últimos doze anos, assegurado um elevado nível de execução orçamental, em média acima dos 80%, comparada com o intervalo de realização do conjunto de municípios que, em 2007 variava entre os 24,4% e os 117,7%.

Em termos de síntese pode-se referir:

- 1 A receita cobrada bruta foi de 38.896.393,52 euros (registando um acréscimo de 15,56% acima da receita cobrada relativamente ao ano de 2008), em resultado do eficaz aproveitamento de Apoios Comunitários, a que o município acedeu, apesar da conjuntura económica e financeira que condiciona a receita e actividades das entidades públicas.
- 2 A despesa paga foi de 38.858.969,00 Euros o que, face às previsões corrigidas, corresponde a uma taxa de execução de 81,76%. Estruturando a despesa paga, de acordo com a classificação económica, obtemos a seguinte composição: despesas com pessoal 17,71%; aquisição de bens e serviços 26,80%; juros e outros encargos 0,94%; transferências correntes 3,09%; outras despesas correntes 0,79%; aquisição de bens de capital 38,64%; transferências de capital 6,99%; activos financeiros 0,86% e passivos financeiros 4,18%.

A receita corrente bruta, com uma taxa de execução de 98,22%, diminuiu 0,74% relativamente ao ano de 2008. Destaca-se uma redução de 12,54% nos impostos directos e indirectos, relativamente ao ano de 2007 e o crescimento moderado, mas estável, na venda de Bens e Serviços.

Há a salientar, ainda, uma ligeira redução na receita do Imposto Municipal Sobre Imóveis, a qual constitui uma importante receita própria do município.

A receita de capital, ascendeu a 16.031.843,12 Euros e desta 53,8% é proveniente de Apoios Comunitários; 43,92% de transferências de capital de Fundos Municipais. Evidencia-se, assim, a importância que os Apoios Comunitários representam no investimento municipal, contribuindo em 25,75% para o orçamento global da receita.

A John Sha

Documentos de Prestação de Contas

A despesa corrente, diminuiu 3,47% relativamente ao ano de 2008, a realização foi de 90,37% da dotação inicial, o que identifica um esforço conjunto da gestão e dos trabalhadores do município, no sentido da eficiência da aplicação de recursos, continuando a assegurar níveis crescentes e elevados de qualidade nos serviços prestados.

A despesa com pessoal, aumentou 2,10%, e representa 35,90% da despesa corrente e 17,7% da despesa global. Salientando que o intervalo da despesa com pessoal na despesa total para o conjunto dos municípios, variou no ano de 2007 entre 8,92% e 52,51%. A despesa com pessoal situa-se em 34,60% para o pessoal do quadro e 10,90% para pessoal em qualquer outra situação, relativamente aos limites legais.

A aquisição de bens e serviços, diminuiu em 8,32%, representando esta rubrica 54,33% da despesa corrente, estando incluída a prestação de serviços em diversas áreas como: ensino (refeições, transporte); ambiente (resíduos sólidos urbanos, jardins, tratamento de água e de esgotos); comunicações; energia; seguros; encargos de cobrança de receitas, etc.

As transferências (para as Freguesias, Associações de Municípios e Instituições sem Fins Lucrativos), tiveram uma execução de 90,52%, registando um aumento de 14,35% relativamente ao ano de 2008.

As despesas com juros e outros encargos, tiveram uma execução de 80,77%, as quais representam 1,9% da despesa corrente paga (sendo 0,94% da despesa total paga).

A despesa de capital, ascendeu a 19.692.743,56 Euros, equivalente a uma taxa de execução de 75,56% representando 50,68% da despesa paga, registando um aumento de 42,43% relativamente ao ano anterior. Trata-se do segundo melhor ano de investimento Municipal dos últimos 12 anos, atingindo o valor de 15.015.783,22 Euros.

As transferências de capital, para os municípios, freguesias e instituições sem fins lucrativos, no valor de 2.716.596,22 Euros, representam 13,7% da despesa de capital, tendo ocorrido um aumento de 12,72% relativamente a 2008 e de 60% relativamente a 2007. Esta verba, muito contribuiu para o bom e relevante trabalho feito designadamente pelas freguesias.

Passivo Financeiro, representou 8,25% da despesa de capital e 4,18% da despesa total paga. A amortização de empréstimos de médio e longo prazo, acrescido de juros, representa 3,78% da despesa total paga.

O endividamento municipal mantém-se em níveis baixos, comparando com os limites de endividamento impostos na Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro que aprova Lei das Finanças Locais, estando a dívida a médio e a longo prazos em 36,73% do limite legal e o endividamento líquido em 25,75%. Salienta-se o facto de em 2009 ter sido transferido algum passivo da intervenção Polis.

Em termos de balanço, o Activo que inclui bens e direitos da autarquia, apresenta um crescimento de 7,85%, resultante do crescimento de 12.769.296,27 Euros, sendo o seu valor de 175.512.630, 38 Euros. Salienta-se que o Activo transferido da sociedade Bragança Polis ainda não foi integrado.

Documentos de Prestação de Contas

Relativamente aos Fundos Próprios, que representam 65,76% do Activo, ascendem a 115.416.924,13 Euros, tendo crescido 4.671.618,03 Euros, o equivalente a 4,22%.

Quanto ao Passivo, que inclui três grandes componentes: o passivo exigível (as dívidas a curto e médio prazos), o passivo não exigível ("acréscimos de custos" e os "proveitos diferidos") e as provisões para riscos e encargos, que representa 34,24% do Passivo e registou um aumento de 15,58%.

No entanto, é de salientar, que só cerca de um terço deste valor corresponde de facto a dívidas para com terceiros, e que os proveitos diferidos representando mais de 50% do Passivo são devidos a transferências e subsídios de capital registados como proveitos durante a vida útil dos bens adquiridos ou construídos com essas receitas.

Em síntese, os documentos apresentados, e relativamente ao ano de 2008, reflectem o crescimento da receita global de 15,56%, o aumento no investimento de 41,94%, o aumento no activo bruto de 10,82% e a redução de despesas correntes de 3,47%.

La Just How